

FIM DO PEDÁGIO

Rodosol vai pedir compensação

Segundo advogado da concessionária, decisão do governo de suspender o pedágio da Terceira Ponte desequilibra contrato

Daniel Figueredo

A decisão do governo do Estado de suspender a cobrança do pedágio na Terceira Ponte por conta do relatório inicial de auditoria do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TC-ES) foi considerada como quebra de contrato pelo advogado da concessionária Rodosol, Rodrigo Martins.

Segundo ele, a decisão do governo, no último dia 22, desequilibra o contrato de concessão e a Rodosol vai precisar ser compensada.

“O contrato passou por outras auditorias, uma do próprio Tribunal de Contas, que considerou o contrato legal, ressaltando a questão dos acessos da ponte, que estão sendo discutidos na Justiça. Vamos aguardar a análise do governo, mas haverá necessidade de compensação por este período sem cobrança de pedágio.”

Segundo o anúncio feito em abril pelo governo do Estado, a suspensão do pedágio foi a forma encontrada de se manter o contrato sem que houvesse rompimento. O governo afirmou ainda que este foi o meio de dar uma resposta enquanto as irregularidades apontadas continuavam sendo apuradas.

Para Rodrigo Martins, a decisão do governo foi unilateral e com base num relatório que ele classificou como preliminar. “O relatório de auditoria não abriu oportunidade para a concessionária se defender. A forma como foi divulgado foi iné-



ADEMIR RIBEIRO - 23/04/2014

TRÂNSITO NA TERCEIRA PONTE: pedágio foi suspenso no último dia 22 pelo governo do Estado, após relatório técnico inicial de auditoria do contrato de concessão, realizado pelo Tribunal de Contas, sugerir que o contrato fosse cancelado

dita. Isso nunca foi feito pelo Tribunal de Contas.”

O relatório de auditoria do TC-ES apurou que houve vantagem de R\$ 798 milhões para a concessionária durante os 15 anos de concessão. Segundo o relatório, houve no total 22 irregularidades.

O pedido de auditoria foi feito pelo governo do Estado em agosto de 2013, após manifestações populares que pediram o fim do pedágio. A auditoria durou oito meses.

A concessionária afirmou que está trabalhando na defesa, que deve ser enviada ao Tribunal de Contas até o próximo dia 22.

Um processo administrativo está sendo aberto pela Agência de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo (Arsi), que fiscaliza o contrato de concessão com a Rodosol. Segundo o

ENTENDA O CASO

Auditoria durou oito meses

Pedido

> EM AGOSTO de 2013, foi aberto um processo de auditoria no Tribunal de Contas do Espírito Santo (TC-ES) para apurar o contrato de concessão da Rodovia do Sol.

> O PEDIDO foi assinado pelo governo do Estado, pela Assembleia Legislativa e pelo Ministério Público do Espírito Santo.

> APÓS OITO MESES de apuração, o relatório inicial foi divulgado. Segundo

apuraram os auditores do TC-ES, houve vantagem de R\$ 798 milhões em favor da concessionária.

> A RODOSOL terá até o dia 22 deste mês para responder aos questionamentos do TC-ES.

> APÓS A DIVULGAÇÃO do relatório, o governo do Estado suspendeu a cobrança do pedágio na Terceira Ponte, no último dia 22, e instaurou processo administrativo que pode até romper o contrato de concessão.

governo do Estado, eles só vão se pronunciar sobre o assunto após a conclusão do processo.

A Procuradoria-Geral do Estado

também está fazendo uma análise no relatório de auditoria do TC-ES para apontar a adoção de outras medidas administrativas.

Radars funcionam, mas ainda não estão multando

Os radares instalados na Terceira Ponte e em outros pontos de rodovias estaduais já estão funcionando, inclusive mostrando a velocidade que os motoristas estão passando pela via. Mas, segundo o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), os equipamentos ainda não estão multando.

De acordo com o departamento, esses equipamentos já foram vistoriados pelo Instituto Estadual de Pesos e Medidas (Ipem), mas só começam a emitir multas após anunciado.

Os radares estão desligados desde março, quando foi substituída a empresa que operava os equipamentos de fiscalização. A prioridade do DER era substituir os radares já existentes nas rodovias. Segundo o órgão, o cronograma de funcionamento dos mesmos só será divulgado na próxima semana.

O governo do Estado também contratou mais 100 equipamentos para serem instalados nas vias municipais e, segundo o DER, um convênio com as prefeituras está em fase final de formatação para que a instalação comece em vias como a Reta da Penha e avenida Carlos Lindenberg.

RODRIGO GAVINI - 24/10/2013



RADAR na descida da 3ª Ponte

RODRIGO MARTINS ADVOGADO DA RODOSOL

“Suspensão é quebra de contrato”

O advogado da Rodosol, Rodrigo Martins, afirmou que a suspensão do pedágio na Terceira Ponte pode ser considerada como rompimento de contrato, já que o contrato de concessão prevê duas praças de pedágio. Segundo ele, se não hou-

ver compensação por parte do Estado, existe risco de perda de credibilidade junto ao mercado.

A TRIBUNA - A concessionária vai questionar judicialmente a decisão do governo do Estado?

RODRIGO MARTINS - Esse rela-



RODRIGO GAVINI - 17/04/2014

RODRIGO MARTINS afirma que, se não houver compensação por parte do Estado, existe risco de perda de credibilidade junto ao mercado

tório de auditoria não pode ser aplaudido pela administração estadual. A Arsi (Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo) e o DER (Departamento de Estradas de Rodagem) são citados no processo. Houve uma tomada de contas pelo tribunal, com decisão em 2010, que considerou o contrato legítimo e legal.

> Quanto aos R\$ 798 milhões apontados como vantagem para a Rodosol, o senhor considera que houve algum equívoco por parte da auditoria?

Isso é manipulação de números. O risco sempre foi da concessionária, se houvesse fluxo menor que o estimado. A nossa concessão foi por preço e não por custo da obra. Oferecemos a menor tarifa de pedágio e assumimos o risco de não conseguir remunerar o investimento. Sobre a qualidade das obras,

todas possuem aceitação do DER.

> Se a Rodosol for inocentada, o senhor acredita que há clima para voltar com o pedágio?

A decisão de suspender aumentou a resistência pela cobrança. Mas a Rodosol presta serviços na rodovia. Se for decidir tudo assim, a situação é preocupante. A suspensão é uma quebra de contrato. O governo vai ter de alterar o contrato, pode encampar e indenizar. Mas se a concessionária não for compensada, ninguém vai querer fazer contrato com o poder público.

“O risco sempre foi da concessionária, se houvesse fluxo menor que o estimado. A nossa concessão foi por preço e não por custo da obra”